

A REDAÇÃO COMO UM ATO DE LINGUAGEM MONOLOGAL

Maria de Fátima Fernandes Bispo (CEFET/RJ)

Resumo: Neste artigo, a autora realiza algumas reflexões sobre o processo de produção de redações, a partir dos conceitos sobre linguagem e discurso, apresentados pelo semiolinguista Patrick Charaudeau. Para tal, foram selecionadas algumas redações de candidatos ao vestibular da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Nessa análise, visou-se mostrar que, apesar de os sujeitos dessa situação de comunicação não estarem presentes fisicamente, essas redações constituem um ato de linguagem, que nesse caso, é monologal.

Palavras-chave: Redações, Situação de comunicação, Ato de linguagem.

Abstract: In this article, the author makes some reflections about the production process of compositions, from the concepts of language and speech presented by “Patrick Charaudeau’s” Semiolinguistics. To this end, we have selected some newsrooms of “vestibular” contents of the State University of Rio de Janeiro (UERJ). In this analysis, is aimed to show that despite the Labeling of this situation not to be presented physically, these essays are a language act, in which case, is “monologal”.

Key Words: Compositions, Situation of communication, Language Act

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo propõe-se a mostrar que o gênero “redação de vestibular”, apesar de não apresentar, na maioria dos casos, claramente, os seus interlocutores, constitui um *ato de linguagem*. Para se analisar esse ato em tal gênero, foi realizada uma pesquisa, adotando-se como *corpora* algumas redações produzidas por candidatos ao Vestibular

da UERJ¹, nas quais se aplicaram os conceitos estudados pelo semiolinguista francês Patrick Charaudeau sobre Linguagem e Discurso (2008).

De acordo com Charaudeau, um ato de linguagem não resulta, simplesmente, da produção de uma mensagem que um Emissor envia a um Receptor; ele deve ser visto como um encontro dialético entre dois processos: processo de *Produção*, criado por um EU e dirigido a um TU-destinatário; e processo de *Interpretação*, criado por um TU-interpretante, que constrói uma imagem do EU do locutor. Torna-se, então, na visão do autor, um ato *interenunciativo* entre *quatro sujeitos* (e não dois), lugar de encontro imaginário de dois universos que não são idênticos.

O sujeito destinatário (Tud) é o interlocutor fabricado pelo EU, como destinatário ideal, adequado ao seu ato de enunciação. O EU tem sobre o Tud um total domínio, pois o coloca em um lugar onde supõe que a sua intenção de fala (do *eu*) será totalmente transparente para Tud. Portanto, haverá sempre um Tud, no ato de linguagem, explicitamente marcado – como se verificou, em algumas redações selecionadas na pesquisa (“*Acorda povo*”) – mas

1 A autora deste artigo foi membro da banca de correção das redações nesse vestibular (2007), quando realizou uma coleta de dados para sua tese de doutorado (em andamento na época), intitulada “Intertextualidade nas Redações de Vestibular: uma reflexão sobre os gêneros que constroem o discurso vestibulando”.

presente, de acordo com as *circunstâncias de discurso* e de acordo com o *contrato de comunicação*. Ressalta ainda o autor que pode haver vários TUD correspondendo a um mesmo ato de linguagem. Vale destacar o resumo que ele faz da oposição TUD/TUi:

O TUD (sujeito-destinatário) é um sujeito de fala, que depende do EU, já que é instituído por este último. Pertence, portanto, ao ato de produção produzido pelo EU. O TUi (sujeito interpretante) é um sujeito que age independentemente do EU, que institui a si próprio como responsável pelo ato de interpretação que produz. (CHARAUDEAU, 2008, p. 47)

Por outro lado, encontram-se outros sujeitos: o sujeito enunciador (EUE) e o sujeito comunicante (EUC). O EUE é uma imagem de fala sempre presente no ato de linguagem, seja explicitamente marcada, como no seguinte fragmento do *corpus* desta pesquisa: “Eu acredito no Brasil, na minha pátria e sei que ele vai dar certo”. Seja apagada pela seleção de substantivo e adjetivo, como revela este outro exemplo: “O cidadão brasileiro não pode mais sair de casa para trabalhar ou estudar sem ter a certeza de que vai voltar”. O EUC (sujeito comunicante) é um sujeito agente (como o TUi), localizado na esfera externa do ato de linguagem, mas responsável pela sua organização, é uma espécie de

“testemunha do real”. Sintetizando essa teoria, pode-se dizer que o sujeito enunciador (EUe) corresponde à imagem de enunciador construída pelo sujeito produtor de fala (EUc), e o sujeito comunicante (EUc) representa, a seu turno, o traço de intencionalidade no ato de produção.

Nesse projeto semiolinguístico de análise de um ato de linguagem, fica claro que não é possível dar conta apenas da intenção do sujeito comunicante (EUc), ou seja, questionar apenas “quem fala” no texto; mas “quem o texto faz falar” ou “quais sujeitos o texto faz falar”, afinal, como lembra Charaudeau, um ato de linguagem é composto de vários sujeitos (EUc-EUe-; TUD-TUi). Por isso, nesta pesquisa com redações de vestibular, tomou-se a *intertextualidade* como elemento indicial desses sujeitos que compõem o ato de linguagem analisado.

1. O CONTRATO DE COMUNICAÇÃO

Segundo o *Dicionário de Análise de Discurso* de Charaudeau e Maingueneau, os semioticistas, psicossociólogos da linguagem e analistas do discurso empregam o termo *contrato de comunicação* a fim de designar o que faz com que o ato de comunicação seja reconhecido como *válido*, no que diz respeito ao sentido. “É a condição para os parceiros de um ato de linguagem

se compreenderem minimamente e poderem interagir, *coconstruindo o sentido*, que é a meta essencial de qualquer ato de comunicação” (2004, p. 130).

Encontrar-se-ão diversas filiações oriundas dessa noção, embora não mencionem explicitamente o conceito de contrato, porém pode considerar-se que ele está presente na forma de cada autor definir o ato de linguagem:

Quer se trate da hipótese de “intersubjetividade”, proposta por Benveniste, “a única que torna possível a comunicação linguística” (1966:266) e implica “uma polaridade das pessoas” *eu* e *tu* que fundam a atividade de linguagem (op. cit.: 260); da hipótese de “dialogismo”, proposta por Bakhtin (1984), que afirma que nunca se fala sem o já-dito; da hipótese de “co-construção do sentido” dos filósofos da linguagem, que implica a necessidade de condições de “intenção coletiva” para que a comunicação seja possível (Searle, 1991:227), de “intencionalidade conjunta” e de “acordo” (Jacques, 1991:118), de “negociação” (Kerbrat-Orecchioni, 1984: 225); de “comunidades em falas” (Parret, 1991); e da hipótese de “relevância” proposta por Grice (1979), Flahaut (1979) e Sperber e Wilson (1989); todas essas hipóteses convergem para uma definição contratual do ato de linguagem (CHARAUDEAU & MANGUENEAU, 2004, p.131).

Charaudeau e Maingueneau ressaltam que tal definição contratual do ato de linguagem implica vários aspectos, quais sejam: a existência de dois sujeitos em *relação de intersubjetividade*, a existência de *convenções*, de *normas* e de *acordos* que regulam as trocas linguageiras, a existência de *saberes comuns*, permitindo uma intercompreensão, o todo em uma certa situação de comunicação. Dessa forma, justifica-se que a comunicação seja bem-sucedida não quando o sentido linguístico do enunciado é reconhecido, mas quando o “querer-dizer” do locutor é inferido pelo interlocutor.

Charaudeau define *contrato de comunicação* (em *análise do discurso*) como o conjunto das condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação – qualquer que seja a sua forma, oral ou escrita, monolocutiva ou interlocutiva.

Nesta pesquisa com redações de vestibular, o ato de comunicação estudado é o monologal, visto que os seus parceiros (autores das redações e avaliadores das redações) *não estão presentes* fisicamente, pois o contrato não permite a troca. Assim, o locutor (autor da redação) está em uma situação em que não é capaz de perceber imediatamente as reações dos seus interlocutores, podendo organizar o que vai dizer de maneira *lógica* e *progressiva*.

2. SITUAÇÃO E CONTEXTO DE PRODUÇÃO DE TEXTOS

Embora frequentemente se encontrem as expressões *situação* e *contexto* adotadas para designar “tudo que cerca o enunciado discursivo”, aqui foi considerada a distinção defendida por Charaudeau, na qual *situação* refere-se ao ambiente físico e social do ato de comunicação, e *contexto*, ao ambiente textual: *contexto* é interno ao ato de linguagem e sempre configurado de alguma maneira (texto verbal, imagem, grafismo, etc.), enquanto *situação* é externa ao ato de linguagem, embora constitua as condições de realização desse ato (2008, p. 69).

De acordo com a teoria de Charaudeau, é lícito afirmar que os candidatos ao vestibular, os sujeitos, ocupam o centro dessa situação de *comunicação*, porém, pelo fato de os seus parceiros estarem fisicamente ausentes e o contrato não permitir a troca, a situação de comunicação desse ato, como já se afirmou, é *monologal*. O locutor encontra-se, então, em uma situação na qual *não pode perceber* imediatamente as reações do interlocutor, só imaginá-las, portanto, explica o autor, ele não está “à mercê” de seu interlocutor, naquele momento de produção, podendo, conseqüentemente, organizar o que vai dizer (escrever). Assim, a configuração verbal correspondente a essa situação, de acordo com

Charaudeau, será a seguinte: ordem das palavras dita progressiva; construção contínua e hierarquizada; uma sucessão de termos cujo sentido está hierarquizado e uma explicitação necessária, quando o canal de transmissão é gráfico, daquilo que poderia ser significado através da entonação mímica.

3. O CONTEXTO DISCURSIVO DE PRODUÇÃO DOS TEXTOS

No que se refere ao *contexto*, Charaudeau distingue o *linguístico* do *discursivo*. O primeiro designa, segundo o autor, a vizinhança verbal de uma palavra, enquanto o *discursivo* - o contexto relevante para esta pesquisa – é o que designa “os atos de linguagem existentes (aqueles que já foram produzidos) numa determinada sociedade e que intervêm na produção/compreensão do texto a interpretar” (2008, p. 70).

O contexto, assim como a situação, para Charaudeau, é uma condição de “discursivização”. Não é à toa que, nas propostas de redação dos vestibulares, há sempre uma coletânea de textos visando a mobilizar atos de linguagem concernentes ao tema. No caso da produção dos textos analisados, o contexto discursivo foi apresentado da seguinte forma:

Redação

Para elaborar sua redação, além dos textos anteriores, considere os que se seguem com novos pontos de vista sobre o tema *Acomodação e Transgressão*.

Lembre-se, porém, de que o objetivo da apresentação desses textos é oferecer a você subsídios para o desenvolvimento de suas idéias. Sua redação deverá demonstrar elaboração própria.

TEXTO III

Em 5 de junho de 1989, com um casaco nas mãos e um embrulho de papel na outra, um chinês anônimo entrou para a história, protestando sozinho diante de uma coluna de tanques de guerra, na *Praça da Paz Celestial*, em Pequim, durante a repressão armada do governo chinês a um grande protesto estudantil pró-democracia.



Adaptado de <http://www.libertia.com.br>

TEXTO IV

No caminho, com Maiakóvski

(...)

Tu sabes,
Conheces melhor do que eu
a velha história.
Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem:
pisam as flores,

matam nosso cão,
e não dizemos nada.
Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.

(...)

TEIGARDO ARAÚJO DA COSTA
<http://www.culturabrasil.pro.br>

Figura 1

Realizando-se uma análise na coletânea de textos adotada na prova de redação, observa-se que os candidatos são levados, inicialmente, a refletirem sobre a posição que deverão tomar ao produzirem seus textos diante da

dicotomia *transgressão* X *acomodação*. Tal provocação fica clara quando se afirma que há situações na vida em que podemos “fazer ouvir a nossa voz” ou “nos calar”. Para tal, selecionaram-se textos de gêneros diferentes (notícia e poema), que ilustram as duas posições: o III, a *transgressão* e o IV, a *acomodação*.

Os dois textos especificamente selecionados para a redação remetem o candidato a dois contextos diferentes: o de resistência (o chinês anônimo na Praça da Paz Celestial) e o de acomodação (“No caminho, com Maiakovski”). Há, entretanto, nesses textos, uma forte mobilização, sobretudo através da fotografia espetacular que acompanha a notícia, para que os candidatos assumam a posição solicitada nas instruções da redação – o contrato de comunicação –, que é redigir um texto que apresente, com clareza, uma situação diante da qual, frequentemente, costumamos nos calar.

Em seguida, pede-se também que se desenvolvam os argumentos necessários para defender a ideia de que, frente a tal situação, é que deveríamos, justamente, “levantar a nossa voz”. Esse mesmo contrato explicita ainda (na folha anterior à reproduzida neste artigo) que o texto produzido deverá obedecer aos seguintes comandos: ter, no mínimo, 15

linhas e, no máximo, 30; apresentar estrutura argumentativa completa e ser redigido em língua culta padrão.

O episódio histórico apresentado na notícia, mais conhecido como *Massacre da Praça da Paz Celestial*, ou ainda *Massacre de 4 de Junho*, consistiu em uma série de manifestações lideradas por estudantes na República da China, ocorridas entre os dias 15 de abril e 4 de junho de 1989. Os manifestantes que participaram de tal episódio eram oriundos de diferentes grupos — desde intelectuais que acreditavam que o governo do Partido Comunista era demasiado repressivo e corrupto — até trabalhadores da cidade, os quais acreditavam que as reformas econômicas na China haviam sido lentas, e a inflação e o desemprego estavam dificultando as suas vidas. Os protestos consistiam em marchas (caminhadas) pacíficas nas Ruas de Pequim.

Em 20 de maio, o governo declarou a lei marcial e, na noite de 3 de junho, enviou os tanques e a infantaria do exército à Praça de Tiananmen para dissolver o protesto. Ocorreu, então, um massacre com centenas de mortes. No dia 4 de abril, aconteceu a cena mais conhecida do episódio, mostrada na fotografia, que foi vencedora do *World Press Foto* de 1989 e estampou manchetes do mundo inteiro, na ocasião. Uma curiosidade: até hoje não

se sabe o nome do rapaz mostrado na foto, que, depois de receber apelidos como “Homem-tanque” ou “Rebelde Desconhecido”, foi eleito pela revista Times uma das pessoas mais influentes do Século XX.

Como se vê, esse contexto discursivo, além de representar uma situação exemplar, no que se refere à proposta de “levantar a nossa voz”, poderia remeter os candidatos a outros contextos relacionados a fatos históricos que também versassem sobre o tema proposto, sendo o que Koch (2007) chama de *intertextualidade temática*. Tal expectativa de intertextualidade justifica-se pelo fato de que, no *contrato*, advertiam-se os candidatos a usarem os textos como subsídios apenas, lembrando-lhes de que a redação deveria “mostrar elaboração própria”.

É importante ressaltar também que os candidatos, durante o período preparatório para esse exame – o chamado pré-vestibular –, são orientados pelos professores, de um modo geral, a lerem revistas e jornais com frequência, a fim de ampliarem seus conhecimentos acerca dos fatos ocorridos no mundo, podendo, assim, apresentar um bom nível de informatividade em suas produções.

4. CONTRATOS E ESTRATÉGIAS DE DISCURSO

O segundo texto, o poema *No caminho com Maiakovski*, de Eduardo Alves da Costa, parcialmente reproduzido na prova, além de revelar as terríveis consequências da acomodação, instiga, principalmente através do *não dito*, o interlocutor dessa situação discursiva a reagir, ou seja, a “levantar a voz”. Entende-se por *não dito* o dispositivo teórico da análise de discurso em que, segundo Orlandi, o dizer tem relação com o não dizer.

A autora lembra que alguns linguistas como Ducrot têm tomado tal dispositivo como objeto de reflexão, distinguindo, como diferentes formas de não dizer (implícito), o pressuposto e o subentendido. “Esse autor vai separar aquilo que deriva propriamente da instância da linguagem (pressuposto) daquilo que se dá no contexto (subentendido)” (ORLANDI, 2003, p. 82). Ou seja, se o eu lírico diz “conheces melhor que eu”, o pressuposto é que o eu lírico também conhece, só que não tão bem quanto o seu interlocutor, o posto (o dito) traz consigo necessariamente esse pressuposto, que, por sua vez, não está dito, mas está presente. Entretanto, o motivo pelo qual esse interlocutor “conhece melhor”, por exemplo, está subentendido; pode ser, nesse contexto, pelo fato de o eu lírico considerar-se (ou querer fazer crer que assim se

considera), no que se refere ao seu conhecimento de mundo, alguém menos consciente do que o seu interlocutor. Tal estratégia confere, indubitavelmente, ao interlocutor uma posição de superioridade em relação aos conhecimentos prévios acerca daquilo que é denunciado no poema - o que revela uma interessante estratégia discursiva adotada pelos autores dessa proposta de redação.

Outro aspecto relevante no poema de Eduardo Alves da Costa, que visa a reforçar essa cumplicidade entre o eu lírico e os seus destinatários – nesse caso, os candidatos ao vestibular –, é a seleção lexical, através da qual a interlocução pretendida é evidenciada pelo uso dos pronomes *nosso(a)*, *nos* e das formas verbais *dizemos* e *podemos*. Vale lembrar que toda seleção vocabular realizada num texto, além, é claro, de informar sobre os objetos referenciados, revela uma série de informações do *Autor* e permite também fornecer informações importantes sobre todos os elementos participantes do ato comunicativo.

Além disso, os argumentos adotados, facilmente compreendidos (“roubam uma flor do nosso jardim”; “matam nosso cão/ e não dizemos mais nada”; “o mais frágil deles/ conhecendo o nosso medo/ arranca-nos a voz da garganta” etc.), também são recursos que contribuem significativamente

nesse processo de sensibilização. Tais estratégias são tão habilmente apresentadas, que se processam em uma *mise en scène* discursiva - considerando-se a teoria dos atos de linguagem de Charaudeau –, provocando efeitos de persuasão e sedução sobre os protagonistas desse ato de linguagem (os sujeitos-interpretantes) aos quais se dirige o enunciador. Todos os candidatos ao vestibular da UERJ representam, portanto, esses sujeitos (TUi).

Afinal, do ponto de vista de sua produção, o ato de linguagem, pode ser considerado, no dizer de Charaudeau, “como uma expedição e uma aventura”; expedição essa, que se refere ao seu aspecto intencional, sendo, por isso correto afirmar-se que um ato de linguagem sempre participa de um projeto global de comunicação concebido pelo sujeito comunicante (EUc). Este sujeito comunicante concebe, organiza e encena suas intenções de forma a produzir determinados *efeitos* – de persuasão ou de sedução – sobre todos os candidatos ao vestibular (TUi), para levá-los a se identificarem, conscientemente ou não, com o sujeito destinatário ideal (TUd): o candidato que será capaz de cumprir competentemente as exigências estabelecidas nesse contrato. Para que isso ocorra, Charaudeau afirma que o EUc poderá utilizar contratos de reconhecimento:

A noção de *contrato* pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais estejam suscetíveis de chegar a um acordo sobre as representações linguageiras dessas práticas sociais. Em decorrência disso, o sujeito comunicante sempre pode supor que o outro possui uma competência linguageira de *reconhecimento* análoga à sua. Nessa perspectiva, o ato de linguagem torna-se uma proposição que o EU faz ao TU e da qual ele espera uma contrapartida de convivência. (2008, p. 56)

Poderá ainda, segundo o autor, adotar outros procedimentos que oscilam entre dois polos, a saber:

a fabricação de uma *imagem de real* como lugar de uma *verdade* exterior ao sujeito e que teria força de lei e a fabricação de uma *imagem de ficção* como lugar de *identificação* do sujeito com um outro, imagem esta que constitui um lugar de projeção do imaginário desse sujeito. (2008, p. 57)

Percebe-se que todos esses procedimentos são possíveis no ato de linguagem aqui analisado, mas o que fica mais claro ainda é que comunicar é um ato que surge envolvido em uma dupla aposta ou que faz parte de uma expectativa concebida por aquele que assume tal ato: o sujeito falante espera que os contratos que ele propõe ao sujeito-interpretante sejam bem-recebidos e espera, ao mesmo tempo, que as estratégias adotadas produzam o efeito desejado.

A despeito de tal expectativa, esses contratos e estratégias dessa *encenação* são detectados e interpretados pelo sujeito interpretante à sua maneira, o que explica a afirmação de Charaudeau de que o ato de linguagem não é apenas uma expedição, mas também uma aventura. E aventura, vale dizer, é o que está inscrito no campo do imprevisível, pois, apesar de o sujeito comunicante ser, por um lado, “senhor de sua encenação”, do outro lado, o sujeito interpretante pode não dominar por completo os efeitos produzidos na instância de comunicação do sujeito comunicante.

Outro contexto que envolve esse ato de linguagem é o extralinguístico, constituído pelo ambiente material pertinente, para a codificação ou a decodificação da mensagem, o que, nesse caso, pode ser resumido no seguinte: início do Século XXI (dezembro de 2005), um período caracterizado por vários conflitos sociais (má distribuição de renda, corrupção, violência, guerras, fome etc.), particularmente no Brasil. Tais conflitos, sem dúvida, influenciaram as posições assumidas nas produções textuais analisadas.

No entanto, é fundamental destacar-se ainda mais um contexto, nesse ato, que é o *sociocognitivo*. Como defendem Koch & Elias (2006, p. 61), para que duas ou

mais pessoas possam compreender-se é necessário que “seus contextos sociolinguísticos sejam, pelo menos, parcialmente, partilhados”. Dessa forma, os conhecimentos (enciclopédico, sociointeracional, textual, etc.) de cada produtor das redações e seus respectivos avaliadores da banca devem ser, pelo menos parcialmente, compartilhados, já que é impossível que todos os sujeitos participantes desse processo de interação partilhem, exatamente, dos mesmos conhecimentos.

O contexto é, indubitavelmente, fundamental para a compreensão e construção da coerência textual, englobando não só o *cotexto*, mas também a *situação de interação imediata*, a *situação mediata* (entorno sociopolítico-cultural) e o *contexto cognitivo dos interlocutores*. Acrescentam ainda as autoras que este último contexto reúne todos os tipos de conhecimentos arquivados na memória dos atores sociais que necessitam ser mobilizados por ocasião do intercâmbio verbal, quais sejam:

- o conhecimento linguístico propriamente dito;
- o conhecimento enciclopédico, quer declarativo (conhecimento que recebemos pronto, que é introjetado em nossa memória “por ouvir falar”), quer episódico (“frames”, “scripts”), conhecimento adquirido através da convivência

social e armazenado em “bloco”, sobre as diversas situações e eventos da vida cotidiana;

- o conhecimento da situação comunicativa e de suas “regras” (situacionalidade);

- o conhecimento superestrutural ou tipológico (gêneros e tipos textuais);

- o conhecimento estilístico (registros, variedades de língua e sua adequação às situações comunicativas);

- o conhecimento de outros textos que permeiam nossa cultura (intertextualidade).

Nessa linha de pensamento, Koch&Elias concluem que o contexto é um *conjunto de suposições* baseadas nos saberes dos interlocutores, mobilizadas para a interpretação de um texto, o que significa dizer que as relações entre informação explícita e conhecimentos pressupostos como partilhados podem ser estabelecidas através de estratégias de “sinalização textual”, por meio das quais o locutor, no momento do processamento textual, tenta levar o interlocutor a recorrer ao contexto sociocognitivo.

5. PALAVRAS FINAIS

É verdade que o ato de linguagem que originou o *corpus* aqui estudado é *monologal*, entretanto, o seu locutor, certamente,

possui uma representação previamente construída no que se refere aos destinatários de seu texto, sobretudo, porque sabe que, além de decodificarem os textos, eles os avaliarão. Esses destinatários são, provavelmente, representados como sujeitos detentores de um saber (todos têm formação em Letras), pois devem possuir, minimamente, conhecimentos suficientes sobre os conteúdos exigidos nos exames relativos à Língua Portuguesa e Redação, no vestibular. Além disso, são dotados de um poder decisivo no processo de avaliação dos textos produzidos pelos locutores. Consequentemente, as estratégias discursivas usadas nesse ato deverão ter como objetivo convencer esses destinatários de que os textos avaliados possuem qualidade suficiente para que os seus autores sejam aprovados no exame de vestibular.

Teun A. Van Dijk, em seu estudo sobre *cognição, discurso e interação*, ressalta também que o processamento do discurso não ocorre *in vácuo*. Os discursos, segundo o autor, são produzidos e recebidos pelos seus interlocutores dentro de um contexto sociocultural, não sendo apenas um evento cognitivo. Assim, os usuários da língua constroem uma representação não só do texto, mas também do contexto social, e essas representações interagem. Exemplificando, prossegue o autor:

presumimos que uma estória acerca de um acidente é contada e compreendida dentro de um processo de comunicação, no qual um ouvinte recebe informação de um falante, neste caso, sobre um acidente (e sobre a maneira como este falante codificou em sua memória). Tal pressuposto comunicativo pode significar, entre outras instâncias, que o ouvinte não só tenta construir sua própria representação da história, como também combina esta interpretação com a representação dos pressupostos sobre o que o falante queria que o ouvinte entendesse. (2004, p.17)

Como afirma Van Dijk, já que intenções estão envolvidas no discurso, estamos lidando não só com objetos linguísticos no discurso, mas também com os resultados provenientes de algum tipo de ação social, por isso, ao narrar uma história, um falante se empenha em um ato social, em um ato de fala. Esse evento, o autor chama de *pressuposto* pragmático de um modelo de processamento de discurso, o que significa, em última análise, que ele considera o fato de que os usuários de uma língua, ao interpretarem uma história, constroem uma representação cognitiva da interação verbal e não-verbal que acontece na situação.

Tomando-se, como referencial teórico, no estudo de ato de linguagem, a obra de Charaudeau, fica claro que analisar

esse ato é, antes de mais nada, compreendê-lo como um rico e também complexo fenômeno de comunicação, que se desenrola no “teatro da vida” de cada indivíduo e cuja colocação em cena é decorrente de diversos componentes linguísticos e situacionais.

REFERÊNCIAS

BISPO, Maria de Fátima Fernandes. (2009) *A intertextualidade nas redações de vestibular: uma reflexão sobre os gêneros textuais que constroem o discurso do vestibulando*. Tese de Doutorado. Banco de Teses e Dissertações da UERJ, Rio de Janeiro.

CHARAUDEAU, Patrick. (2008) *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto.

CHARAUDEAU; MAINGUENEAU. (2004) *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo, Contexto.

DIJK, Teun A. Van. (2004) *Cognição, discurso e interação*. São Paulo, Contexto.

KOCH Ingedore V. & BENTES, Anna Christina & CAVALCANTE, Mônica Magalhães. (2007) *Intertextualidade: Diálogos Possíveis*, São Paulo: Cortez.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. (2003) *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas, São Paulo, Pontes.

Maria de Fátima Fernandes Bispo é professora de Português e Literatura do ensino médio do CEFET-RJ (40 h/DE). Professora do curso *lato sensu* de pós-graduação de Práticas de Letramento do CEFET-RJ. Doutora em Língua Portuguesa (UERJ, 2009). Mestra em Língua Portuguesa (UERJ, 2004) – contato: fatimabis@gmail.com

Recebido em 30 de setembro de 2014.

Aprovado em 10 de outubro de 2014.